

# O estado das coisas

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S.Paulo, 22.6.2009*

---

***Ninguém pode assegurar que as políticas adotadas serão suficientes para tirar a economia mundial da crise***

---

AINDA estamos em plena crise financeira global. A previsão de crescimento para os países ricos é negativa; para os países em desenvolvimento, excluídos a China e a Índia, deverá estar próxima de zero. O Brasil, ainda que menos atingido, não é exceção: ficará também sem crescimento do PIB em 2009.

Em toda parte o desemprego continua a aumentar. Para os países ricos, a previsão é que em meados de 2010 suas economias começarão a reagir, mas só saberemos se isso é verdade no último quartil do ano. É consenso que esta é a crise econômica mais grave que o mundo enfrenta desde a Grande Depressão de 1930.

Existe também razoável consenso em relação a sua principal causa. Não se limitam apenas ao fato de que os sistemas financeiros são inerentemente instáveis, de que os mercados financeiros são opacos facilitando a especulação e o surgimento de euforias ou de bolhas seguidas por pânico e recessão.

Depois de 1929, os países compreenderam que precisavam criar instituições para prevenir crises: bancos centrais que assegurassem liquidez e forte regulação das instituições financeiras. Por outro lado, surgiu uma nova teoria econômica - a macroeconomia keynesiana - para orientar a política econômica.

Entretanto, quando o neoliberalismo se tornou dominante, nos anos 1980, a nova teoria foi arrogantemente rejeitada, e os mercados financeiros foram irresponsavelmente desregulados. A causa da crise, portanto, foi a desregulação neoliberal.

A resposta à crise, porém, foi keynesiana, seja porque os bancos centrais inundaram suas próprias economias e a economia mundial com liquidez (dinheiro), seja porque os Estados Unidos, o Japão e a China, e, neste caso, também o Brasil, adotaram as necessárias políticas fiscais expansivas. Não fosse essa reação tão pronta e tão firme, a crise atual seria provavelmente pior do que a Grande Depressão. Entretanto, ninguém pode assegurar que as políticas adotadas serão suficientes para tirar a economia mundial da crise.

Sabe-se apenas que a maioria dos países chegou ao limite de suas possibilidades. Isso é principalmente verdadeiro em relação aos altíssimos déficits fiscais e ao endividamento público previstos. Os países não tinham alternativa senão realizar essa expansão fiscal: era necessário salvar os grandes bancos e restabelecer a demanda.

Certos países se omitiram ou foram tímidos. Esse foi o caso do Brasil em relação à política de juros; foi também o caso da União Europeia em relação à política fiscal. Os Estados Unidos poderiam ter orientado sua expansão fiscal para o pagamento das hipotecas das famílias e para a extensão do seguro-desemprego.

O presidente Obama caminhou na segunda direção, mas os conservadores lograram desviar uma parte dos US\$ 800 bilhões para a redução de impostos cujo efeito sobre a economia é menor. Quanto aos títulos tóxicos, a solução de mercado com subsídio, proposta pelo Tesouro dos Estados Unidos, parece não haver funcionado, mas é preciso esperar.

No geral, o que era essencial foi feito, e agora os governos não têm escolha senão aguardar -e torcer para que as políticas funcionem. A matemática usada pelos economistas ortodoxos para justificar a desregulação dá a suas teorias uma aparência científica.

O que mais uma vez se comprovou, porém, é que a teoria econômica não nos oferece nenhuma certeza, a não ser a de que, além de arrogantes, esses modelos matemáticos que partem da suposição de racionalidade -em vez de partir dos fatos- são mistificadores e perigosos.